

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Divisão sociosexual e racial do trabalho

INDICADORES SOCIAIS DAS MULHERES NO BRASIL: A CORRELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ISAAC ALVES DE JESUS¹

MANOELA REBECA DA SILVA DE SOUZA²

RESUMO:

O artigo explora a interseção entre família, trabalho e políticas públicas no Brasil, focando nas experiências e desafios das mulheres. Analisa como a estrutura familiar e o mercado de trabalho afetam as oportunidades femininas, incluindo desigualdades salariais e barreiras profissionais. Destaca o papel das políticas públicas na redução dessas desigualdades e na promoção da igualdade de gênero.

Palavras Chave: Desigualdade de gênero, Família, Mulher, políticas públicas.

SUMMARY:

The article explores the intersection between family, work and public policies in Brazil, focusing on women's experiences and challenges. Analyzes how family structure and the job market affect female opportunities, including pay inequalities and professional barriers. It highlights the role of public policies in reducing these inequalities and promoting gender equality.

Palavras Chave: Gender inequality, Family, Women, public policies.

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

² Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Introdução

Nas últimas décadas, como resultado de movimentos e lutas sociais, especialmente no que tange, ao campo dos direitos femininos, o Brasil tem testemunhado uma crescente incidência nas questões de gênero, com pesquisas dos indicadores sociais das mulheres ganhando destaque em debates acadêmicos e políticos.

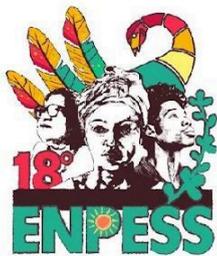
Este trabalho é fruto de reflexões analíticas, cultivadas a partir de atividades de ensino, propostas pelo componente curricular “CONCEPÇÕES DE POBREZA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO”, no ano de 2022, no Centro de Artes, Humanidades e Letras, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CAHL-UFRB).

Neste sentido, a correlação entre família, trabalho e políticas públicas torna-se algo imprescindível e fundamental para compreender a situação das mulheres no país e os desafios que enfrentam em diversos aspectos de suas vidas. A estrutura familiar, por exemplo, influencia profundamente as oportunidades e limitações que as mulheres experimentam, desde a divisão das responsabilidades domésticas até o impacto sobre suas carreiras profissionais. Paralelamente, o mercado de trabalho no Brasil apresenta uma série de desigualdades, incluindo disparidades salariais, raciais e barreiras à ascensão profissional das mulheres. As políticas públicas, por sua vez, desempenham um papel crucial na amenização dessas desigualdades, oferecendo suporte e promovendo medidas que visam promover a igualdade de gênero.

Deste modo, para além da introdução e considerações finais, este trabalho explora como esses três elementos estão interconectados simultaneamente e como sua interação afeta a realidade social das mulheres no Brasil, buscando evidenciar tanto os avanços quanto os desafios persistentes na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

1. Desigualdades de gênero no núcleo familiar

A desigualdade de gênero refere-se às diferenças de tratamento e oportunidades entre homens e mulheres, muitas vezes resultando em discriminação e injustiça com base no sexo. No contexto familiar, essa desigualdade é particularmente aguda para mulheres, sobretudo mulheres pretas e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

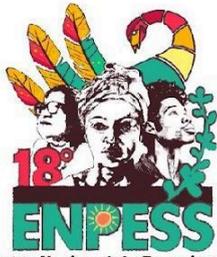
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que assumem o papel de chefes de família. Elas enfrentam um conjunto misto de desafios que deriva da interseção entre gênero, raça e classe social, evidenciando como a opressão pode ser multiplicada e intensificada quando diferentes formas de discriminação se combinam. Tais conjuntos de desigualdades podem se manifestar em diversos aspectos da vida tais como: Remuneração: Diferença salarial por trabalho igual; Oportunidades de emprego: Acesso desigual a empregos e promoções; Educação: Barreiras históricas ao acesso educacional para mulheres; Saúde: Disparidades no acesso e na qualidade dos cuidados; Representação: Sub-representação em cargos de liderança e tomada de decisões.

Para se compreender, como tais estigmas e desigualdades são tão presentes e estruturais em nossa sociedade, é preciso fazer uma análise sócio-histórica e sociopolítica do nosso passado. Na antiguidade e Idade Média, como na maioria das sociedades antigas, as mulheres eram frequentemente restritas a papéis domésticos e não tinham os mesmos direitos que os homens, em muitas culturas, as leis e tradições subordinavam as mulheres a seus pais ou maridos. Com a transição dos séculos para a chegada do século XIX: O movimento pelos direitos das mulheres ganhou força, especialmente com o surgimento do feminismo. Neste cenário Figuras femininas como Mary Wollstonecraft, com sua obra "A Vindication of the Rights of Woman" (1792), começaram a desafiar as normas estabelecidas e a exigir igualdade de direitos. O Século XX viu um aumento significativo nas lutas sociais pelos direitos femininos, com respectivas conquistas alcançadas como: direito ao voto, à educação e ao trabalho para as mulheres. Neste momento, movimentos feministas, como o sufrágio e a segunda onda do feminismo, foram fundamentais para a conquista de direitos legais e sociais. No início das décadas de 1960 e 1970, a segunda onda do feminismo trouxe foco em questões como a igualdade no local de trabalho, o direito ao aborto e a luta contra a violência doméstica, neste momento começaram a ser formuladas e implementadas Leis e políticas com o foco na promoção e igualdade de gênero. Chegando enfim, no atual Século XXI, pode-se pontuar que apesar dos respectivos avanços, a desigualdade de gênero ainda persiste. Questões contemporâneas incluem a representação das mulheres em cargos de liderança, desigualdade de acesso, disparidade salarial, violência de gênero, assédio, educação entre outros condicionantes que acabam por determinar e moldar os destinos destas mulheres.

No Brasil, as desigualdades de gênero têm raízes históricas ainda mais profundas, que se refletem nas condições de vida das mulheres chefes de família. Durante décadas, o Brasil foi



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

marcado por uma estrutura social que valorizava o papel masculino como provedor e o papel feminino como cuidadora. Essa divisão tradicional de papéis contribuiu para a criação de barreiras econômicas, raciais e sociais que continuam a impactar a vida das mulheres.

Historicamente, as mulheres enfrentaram barreiras significativas; e quando se trata do contexto das mulheres pretas, as quais foram secularmente marginalizadas e suas contribuições frequentemente desconsideradas, tanto no mercado de trabalho quanto no contexto familiar. No Brasil, por exemplo, as mulheres pretas têm desempenhado um papel fundamental na economia doméstica e na manutenção da unidade familiar, muitas vezes assumindo responsabilidades que vão além do trabalho formal. Elas lidam com um sistema que não apenas exige mais delas, mas que também oferece menos em termos de apoio e recursos e ascensão social.

Apesar dos avanços nas últimas décadas, ainda há uma persistente desigualdade de oportunidades e um teto de vidro que limita o avanço das mulheres em posições de liderança e em carreiras bem remuneradas. A falta de políticas públicas eficazes de apoio à conciliação entre vida profissional e familiar e a ausência de uma rede de apoio robusta também contribuem para a precariedade das condições de vida das mulheres chefes de família, tais marcadores e disparidades são evidentes em diversas esferas da vida social, e o núcleo familiar é um dos contextos mais significativos onde essas desigualdades se manifestam, e quando se trata de desigualdades entre homens e mulheres, mulheres brancas e pretas, mulheres com filhos e sem filhos, há diferenças bastante expressivas no acesso a oportunidades e mercado de trabalho.

Deste modo, o seguinte quadro demonstra de forma mais precisa, dados relevantes para análise referentes as estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos.

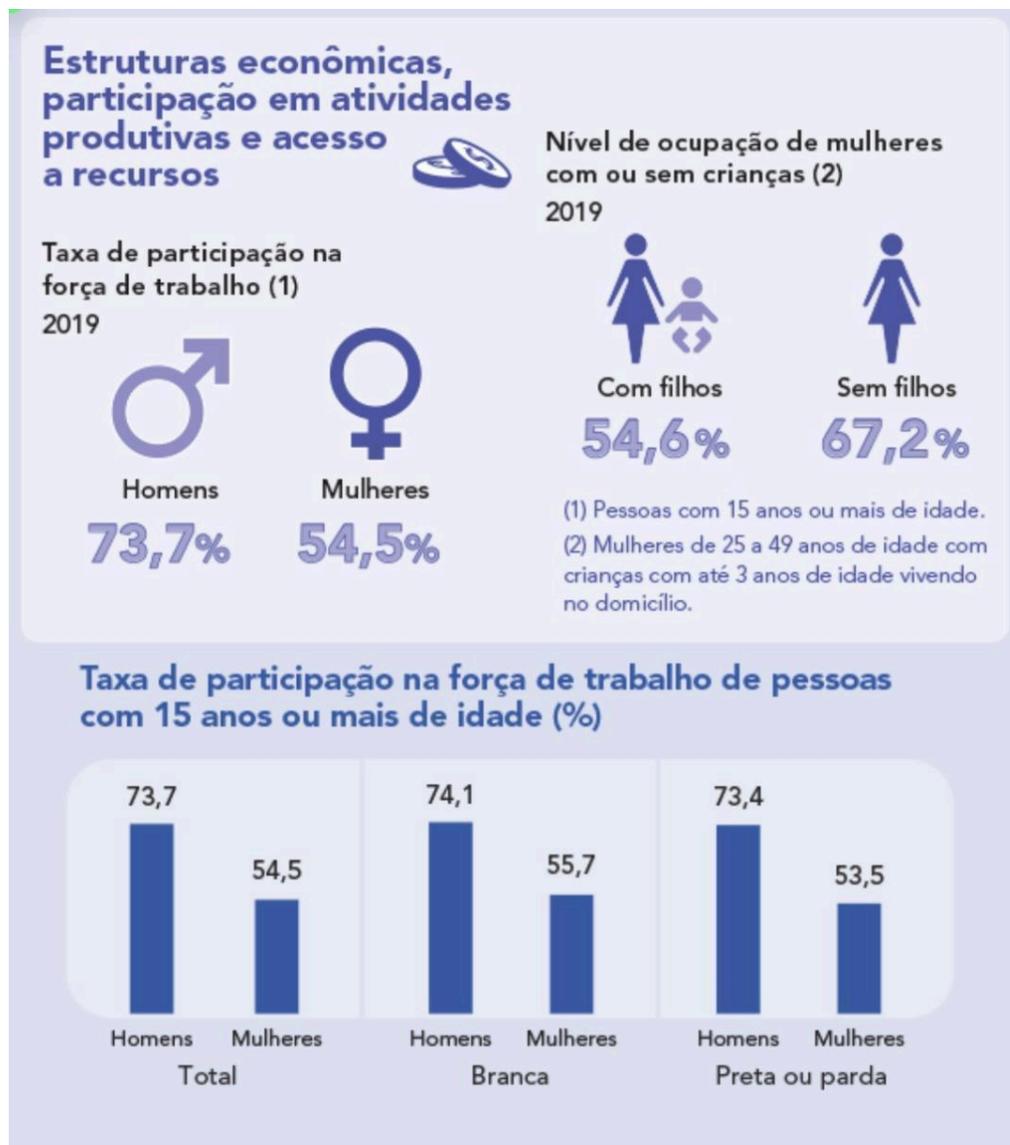
Quadro 1: Estrutura econômica



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

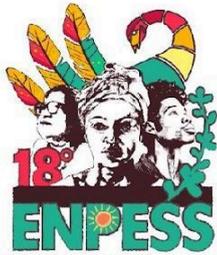
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua 2019.

Tal quadro ilustra, o quão as estruturas econômicas são variáveis e desiguais, quando se analisa as categorias gênero, raça, maternidade e faixa etária. Outro fator fundamental para se compreender as desigualdades enfrentadas por estes corpos, é pensar as condições de vida destas mulheres as quais são cotidianamente atravessadas pelo racismo estrutural, o qual impacta diretamente as oportunidades econômicas e sociais dessas mulheres, limitando suas opções e exacerbando as dificuldades enfrentadas. A discriminação racial se reflete nas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

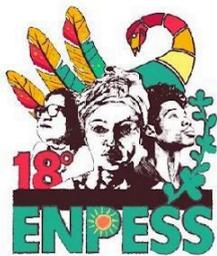
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

oportunidades de emprego, na remuneração e na segurança financeira, criando um ambiente onde a carga de trabalho doméstico e a responsabilidade pelo sustento da família recai desproporcionalmente sobre elas.

Durante muito tempo, as mulheres foram designadas para o papel de cuidadoras e responsáveis pelo trabalho doméstico, enquanto os homens assumiram o papel de provedores financeiros. Esse modelo tradicional ainda persiste, embora tenha sido desafiado e modificado ao longo do tempo. Dados da PNAD Contínua de 2022 revelam que, mesmo com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, elas continuam a dedicar, em média, cerca de 17 horas semanais ao trabalho doméstico não remunerado, enquanto os homens dedicam aproximadamente 10 horas semanais (IBGE, 2022). Desta forma, a estrutura familiar não apenas reflete as desigualdades existentes na sociedade, mas também contribui para perpetuá-las. A situação das mulheres chefes de família no país oferece uma perspectiva clara sobre como essas desigualdades se desdobram e se intensificam ao longo do tempo. Deste modo, as desigualdades de gênero no núcleo familiar são uma questão complexa e multifacetada, especialmente no Brasil, onde as condições de vida das mulheres chefes de família revelam a persistência e a profundidade dessas disparidades. A compreensão dessas desigualdades exige uma análise das dinâmicas familiares, econômicas e históricas que moldam a realidade das mulheres nesse contexto. Uma vez que, no núcleo familiar, as desigualdades de gênero se reproduzem refletindo e perpetuando a desigualdade estrutural presente na sociedade. As mulheres, especialmente aquelas que são chefes de família e pretas frequentemente enfrentam uma sobrecarga de responsabilidades, que incluem não apenas a manutenção do lar, como também, não é apenas uma questão de economia e trabalho, mas também de bem-estar psicológico e emocional. A pressão para equilibrar o trabalho, a criação dos filhos e as responsabilidades domésticas, muitas vezes sem o suporte adequado, pode levar a níveis elevados de estresse e exaustão. A falta de apoio institucional e familiar para essas mulheres agrava ainda mais a situação, tornando-as vulneráveis a um ciclo de precariedade e desigualdade estrutural. Deste modo, essa dupla ou tripla jornada é um reflexo das expectativas sociais e das normas de gênero e raciais que atribuem às mulheres o papel primário de cuidadoras e responsáveis pelo bem-estar familiar.

Pesquisas apontam, que atualmente no Brasil, as mulheres chefes de família enfrentam condições de vida desafiadoras, exacerbadas por uma série de fatores econômicos e históricos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, em 2023, cerca de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

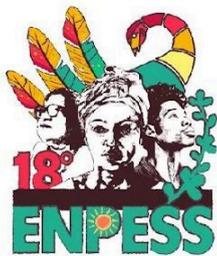
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

37% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Essa alta porcentagem demonstra a crescente participação feminina no mercado de trabalho e na administração do lar, mas também destaca as desigualdades que essas mulheres enfrentam. A maioria das mulheres chefes de domicílio, lidam com uma série de desafios econômicos. De acordo com o IBGE, essas mulheres costumam ter menos acesso a recursos financeiros e enfrentam uma maior vulnerabilidade à pobreza em comparação aos homens. A desigualdade salarial é um fator central, com mulheres ganhando, em média, cerca de 20% a menos que os homens para trabalhos equivalentes. Essa disparidade salarial afeta diretamente a capacidade dessas mulheres de prover um padrão de vida adequado para suas vidas e famílias. Além disso, fatores econômicos, como a informalidade no mercado de trabalho e a precarização dos empregos, afetam desproporcionalmente as mulheres. Muitas mulheres chefes de família estão empregadas em setores informais ou em empregos de baixa remuneração, o que limita suas possibilidades de alcançar segurança financeira e estabilidade.

Além dos fatores econômicos, mulheres chefes de família frequentemente enfrentam desigualdades em relação à tomada de decisões e ao acesso a recursos econômicos. Recentemente, estudos tem demonstrado que essas mulheres têm menos poder de negociação dentro da família e enfrentam desafios significativos para acessar serviços públicos e benefícios sociais, o que pode agravar sua situação econômica (IPEA, 2023).

O acesso a benefícios sociais e políticas públicas também é um fator crítico. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) destaca que as mulheres chefes de família frequentemente enfrentam dificuldades para acessar políticas de assistência social, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), devido a barreiras burocráticas e a falta de informações adequadas (IPEA, 2023). Essas dificuldades podem limitar sua capacidade de melhorar suas condições de vida e garantir o bem-estar de seus filhos.

Paralelo a isso, a pandemia de COVID-19 exacerbou fortemente as desigualdades existentes, afetando desproporcionalmente as mulheres chefes de família. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2022) Contínua indicam que essas mulheres foram particularmente impactadas pela perda de empregos e pela redução de renda durante a pandemia, exacerbando a precariedade de suas condições de vida (IBGE, 2022). Com isso, reconhecendo a importância de enfrentar essas desigualdades, diversas políticas públicas têm sido implementadas para apoiar as mulheres chefes de família. Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, têm



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desempenhado um papel crucial no apoio econômico. Além disso, iniciativas para promover a igualdade salarial e o acesso a creches e serviços de saúde são essenciais para melhorar as condições de vida das mulheres chefes de família (IBGE, 2023; IPEA, 2023).

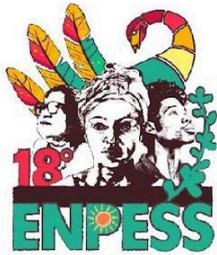
2. Mulheres no mercado de trabalho: Desafios e desigualdades

Embora o número de mulheres que participam do mercado de trabalho tenha aumentado, a sua renda ainda é inferior se comparada à dos homens, e esse quantitativo é ainda mais assustador quando é associado à questão de raça ao gênero. Indicadores de monitoramento do mercado de trabalho (IBGE, 2021) apontam desigualdades expressivas entre homens e mulheres, a taxa de participação que mede a parcela da população em idade de trabalhar que está na força de trabalho, ou seja, trabalhando ou procurando trabalho, revela que as mulheres encontram maior dificuldade de entrar no mercado de trabalho. Em 2019, a taxa de participação das mulheres com 15 anos ou mais de idade foi de 54,5% contra 73,7% dos homens. Este número elevado de desigualdade se manifestou tanto entre mulheres e homens brancos quanto entre mulheres e homens pretos ou pardos. Além de inferior taxa de participação, o levantamento dos Ministérios das Mulheres e do Trabalho e Emprego (MTE) feito com informações relativas a 2022 revela que as trabalhadoras mulheres ganham 19,4% a menos que os trabalhadores homens no Brasil e essa diferença salarial pode ser ainda maior de acordo com o cargo ocupado.

Recentemente, no dia 03 de julho de 2023 foi sancionada a lei Nº 14.611 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que regulamenta a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, apesar disso as desigualdades ainda se mantêm. Se por um lado, em relação aos homens, as mulheres recebem menor remuneração e enfrentam maiores dificuldades no mercado de trabalho, por outro lado elas obtêm maior êxito quando o assunto é educação de acordo com o IBGE 2019, a taxa de mulheres no ensino superior é de 29,7% enquanto os homens contam com 21,5%, portanto, todas as adversidades encontradas por elas não podem ser atribuídas aos níveis de escolaridade ou de instrução. Ao contrário disso, os dados apontam que as mulheres brasileiras são em média mais instruídas que os homens.

Assim como o racismo e a discriminação de gênero, o menor nível de escolaridade das mulheres negras contribui para sua pior inserção no mercado de trabalho em relação às mulheres brancas. Em 2018, quase 48% das mulheres negras ocupadas estavam em ocupações informais, entre as mulheres brancas, esse percentual foi de menos de 35%. A informalidade no mercado de trabalho geralmente é associada ao trabalho precário e à falta de proteção social, que limita o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário-mínimo e a aposentadoria (IBGE, 2019).

Ainda assim as mulheres negras possui menor nível de escolaridade comparada a mulheres branca e a sua inserção mais precária no mercado de trabalho faz com que os rendimentos do trabalho das mulheres negras também sejam menores e a pobreza seja maior, o Ministério das Mulheres destaca que no recorte por raça/cor do relatório, as mulheres negras, além de estarem em menor número no mercado de trabalho (2.987.559 vínculos, 16,9% do total), são as que têm



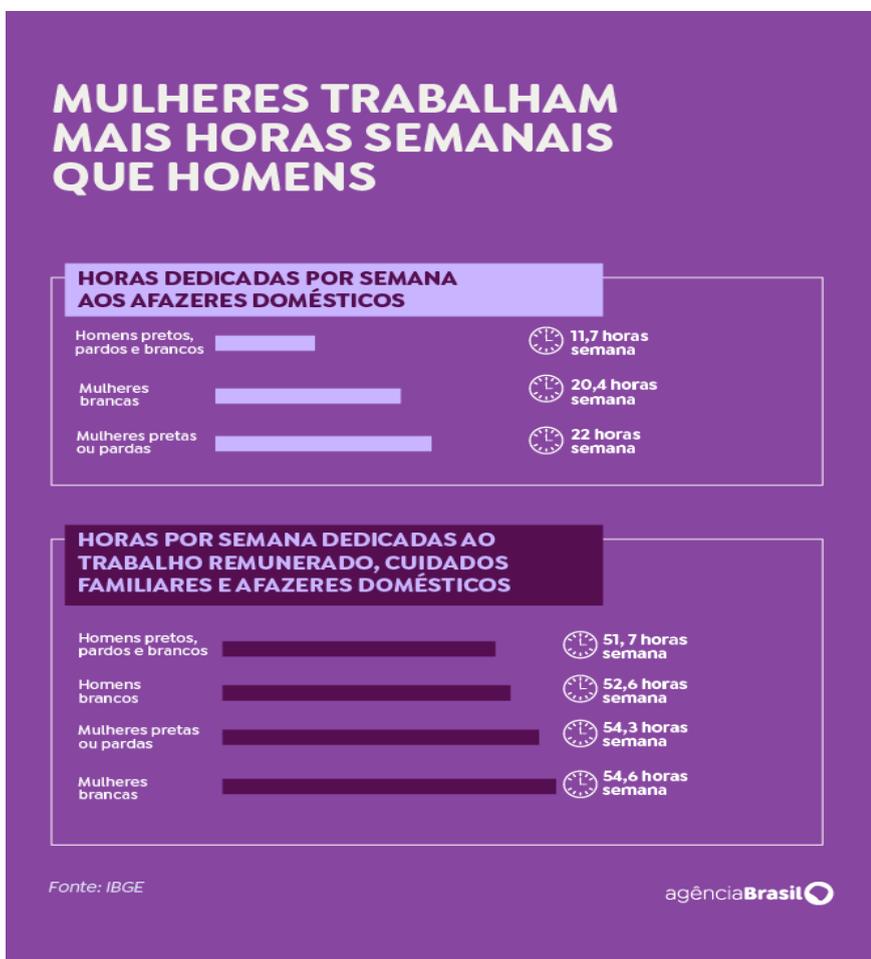
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

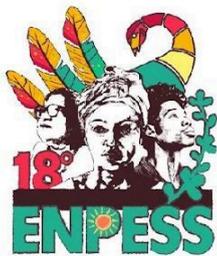
renda mais desigual além da situação de informalidade sem contribuição para a previdência social, de acordo com a Dieese, 2023 essa constituição deve-se, em parte, à sua maior participação no setor de serviços domésticos e cuidados, dos quase 6 milhões de trabalhadores domésticos, mais de 67% são mulheres negras trabalham sem carteira assinada (75,3%) e sem contribuição para a previdência social (64,7%) cujos rendimentos do trabalho as colocam em situação de pobreza (26,2%) ou de extrema pobreza (13,4%)

Quadro 2: Horas dedicadas por semana aos afazeres domésticos



Fonte: IBGE, 2022.

Por terem um maior envolvimento em atividades não remuneradas, como, por exemplo, nos afazeres domésticos, as mulheres acabam tendo uma menor participação no mercado de trabalho. Em 2019, no Brasil, as mulheres dedicaram semanalmente quase o dobro do tempo aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos se comparado aos homens (21,4 horas contra 11,0 horas). O indicador Número de horas semanais dedicadas às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, por sexo, fornece informações que visam alcançar a igualdade de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas e dar visibilidade a esta forma de trabalho.

Mesmo para as mulheres que se encontram ocupadas, o envolvimento em atividades não remuneradas influencia na maneira como elas se inserem no mercado de trabalho, pois tendem a conciliar uma dupla jornada: trabalho remunerado e não-remunerado. O trabalho doméstico acaba representando dupla jornada para muitas mulheres que, fora de casa, têm empregos remunerados. As tarefas domésticas também são um dos motivos que fazem com que mais mulheres tenham que assumir apenas trabalhos com carga horária menor, os chamados trabalhos parciais. Segundo o IBGE, 28% da população feminina ocupada estão em trabalho parcial. Entre os homens, o percentual é de apenas 14,4%.

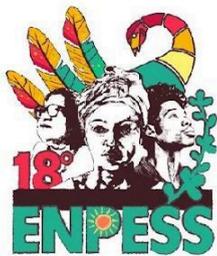
Sobre a remuneração, no mesmo ano de 2019, as mulheres receberam 77,7% do rendimento dos homens. A desigualdade de rendimentos do trabalho era maior entre as pessoas pertencentes aos grupos ocupacionais que possuem maiores rendimentos, como Diretores e gerentes e Profissionais das ciências e intelectuais, grupos nos quais as mulheres receberam, respectivamente, 61,9% e 63,6% do rendimento dos homens. Tal desigualdade de rendimentos está diretamente ligada à pobreza, visto que as mulheres ficam mais propensas a enfrentar dificuldades financeiras e a depender dos programas de assistência social, o IBGE estima que 33,5% das mulheres negras vivem em domicílios em que o rendimento domiciliar per capita está abaixo da linha de pobreza. Entre as mulheres brancas, esse indicador atinge pouco mais de 15% (IBGE, 2019).

3. Pobreza análise interseccional entre gênero e raça

De acordo com a pesquisa Sínteses dos Indicadores Sociais (SIS) do IBGE em 2019 a maioria dos pobres no Brasil é de mulheres, negros e pessoas com pouca instrução, entre os brasileiros abaixo da linha da pobreza no Brasil (considerando os critérios do Banco Mundial, de renda per capita diária inferior a US\$ 5,50 para pobres e US\$ 1,90 para extremamente pobres), mais de 70% eram negros ou pardos. Esse grupo representava 56,3% da população total. Isso quer dizer que a maioria dos 117,9 milhões de brasileiros que se declararam negros ou pardos em 2019 vivia na pobreza.

As mulheres também são mais vulneráveis à pobreza. Em 2019, havia 108,4 milhões de mulheres – o que correspondia a 51,7% da população, das quais 26,9 milhões eram pobres e 7,2 milhões, extremamente pobres. “A observação de categorias de desagregação articuladas entre si reflete outras perspectivas para a desigualdade, com dimensões que se reforçam mutuamente e ampliam as vulnerabilidades para determinados grupos”, observam os pesquisadores que elaboraram a SIS.

Nesse caso, mulheres negras e pardas são mais afetadas pela pobreza. Embora elas representem 28,7% da população total (60,1 milhões), são o grupo mais numeroso entre os pobres (38,1% ou 19,7 milhões) e extremamente pobres (39,8% ou 5,4 milhões). Ao analisar os



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dados é possível notar principalmente a incidência de pobreza entre as mulheres negras, um indicativo extremamente alarmante para destacar que a incorporação da perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas é muito importante, porém um tema pouco explorado ainda hoje, nesse sentido a perspectiva da interseccionalidade apresenta importantes possibilidades para a concretização de uma agenda governamental que abarque a articulação de desigualdades múltiplas nas políticas públicas. De acordo com o Dossiê das mulheres negras (2013) entendemos a pobreza como a ponta de um iceberg que tem sua base sedimentada no racismo e no sexismo. E um país só pode evoluir e desenvolver políticas públicas efetivas quando conhece as causas dos problemas de sua população.

As secretarias transversais do governo federal estão desenvolvendo políticas públicas aproximadas da perspectiva de interseccionalidade, assim a associação de gênero e raça é como uma interseccionalidade a ser evidenciada pelas políticas públicas, alguns estudos buscam demonstrar que a interseccionalidade pode ser útil para se pensar em como estruturar políticas públicas em todas as etapas do ciclo (agenda, formulação, implementação e avaliação). Algumas ações foram implementadas no país como o processo de Conferências promovidas pelo poder público, no qual ocorre a consulta à sociedade civil no processo de elaboração dos Planos Plurianuais que definem metas e diretrizes do governo para os próximos anos, influenciando em menor ou maior grau as designações das prioridades que irão dar seguimentos nas políticas. Notou-se que estabelecer mecanismos de controle e participação social para os planejamentos e definição de metas dos Planos Plurianuais tem se mostrado uma boa estratégia para assegurar minimamente o comprometimento dos Ministérios com as pautas de gênero, raça, juventude etc. Mais do que modificar a estrutura institucional do governo, os indicadores apontam que prioridade política pode ser mais estratégica para estabelecer uma gestão orientada a perspectiva da interseccionalidade para criar políticas realmente efetivas.

Na última década do século XX, passou-se a privilegiar a redução de investimentos em políticas sociais de cunho redistributivo e, concomitantemente, a transferir para a sociedade civil a responsabilidade com o atendimento das demandas sociais. O Cadastro Único instrumento criado pelo Governo Federal para identificar famílias de baixa renda e em situação de extrema pobreza proporcionando uma amostra da população em situação de vulnerabilidade para ter acesso aos programas sociais. A partir da análise de uma tabela construída com dados do Cadastro Único em julho de 2023 é possível perceber a problemática presente no fato das mulheres negras corresponderem a maior parte de pessoas cadastradas com 38,5%, enquanto os homens brancos são apenas 13%. Os dados apontam para as conhecidas evidências de maior vulnerabilidade socioeconômica da mulher negra e antes de apenas reforçar as desigualdades notórias, o propósito aqui é apontar espaços para a incidência de políticas públicas que visem à reversão desse quadro e de outras evidências igualmente conhecidas.

TABELA 1- Pessoas cadastradas no CadÚnico por nível de renda e raça ou cor (%)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Grupo Populacional	Extrema Pobreza	Pobreza	Baixa Renda	Acima de 1/2 S.M.	Total
Mulheres negras	42,51	38,24	36,09	32,79	38,48
Mulheres brancas	13,68	18,67	18,47	21,77	17,05
Mulheres amarelas	0,34	0,37	0,33	0,34	0,34
Mulheres indígenas	0,66	0,42	0,28	0,16	0,44
Sem resposta	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01
Mulheres	57,20	57,70	55,19	55,09	56,33
Homens negros	32,30	28,56	29,97	28,04	30,46
Homens brancos	9,68	13,10	14,32	16,45	12,57
Homens amarelos	0,25	0,26	0,25	0,26	0,26
Homens indígenas	0,56	0,37	0,26	0,14	0,38
Sem resposta	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01
Homens	42,80	42,30	44,81	44,91	43,67
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

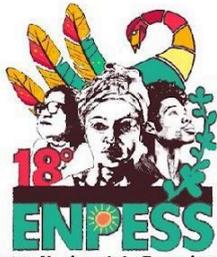
Fonte: Ministério da Igualdade Racial - Monitoramento e avaliação - nº 2 - Edição Mulheres Negras. Brasília-DF, 2023.

Os dados até aqui não só refletem a realidade brasileira das mulheres negras, mas também a estrutura da branquitude e da masculinidade que coloniza as estruturas de poder desde sempre em nossa sociedade, na tentativa de um projeto de democratização e justiça social amplo, é necessário quebrar os padrões e os mecanismos de reprodução de desigualdades que afetam os diferentes grupos vulnerabilizados em suas múltiplas interseccionalidades. Está previsto no Art. 203 da Constituição Federal de 1988 para materializar a proteção social:

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Constituição Federal, 1988).

Saffioti (2004) propõe para a análise das relações sociais uma unidade dialética entre classe, gênero, raça/etnia, ou ainda, entre patriarcado, racismo e capitalismo. É o que a autora denomina de “nó”. Nesse sentido, dados que afrontem indicadores e políticas consideradas apenas em sua universalidade são fundamentais para colocar sob outra perspectiva, públicos que sempre foram negligenciados na agenda governamental, e nos processos de construção, implementação e acompanhamento de políticas públicas, o que contribuindo para a perpetuação dessas desigualdades.

Sendo assim a transferência de renda por si só não pode ser vista como uma estratégia mitigadora dos efeitos das desigualdades de gênero e raça pois dependendo do perfil da população e das características do território medidas de proteção social restritas aos programas dessa natureza não são suficientes para garantir o acesso aos bens e serviços necessários para essa população. É necessário verificar se tais políticas públicas auxiliam na superação da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

situação de extrema pobreza das mulheres chefe de família ou se acabam por perpetuá-la, faz-se necessário outras ações públicas estatais integradas e não apenas a transferência de renda direta usada pelo Governo Federal como principal estratégia para minimizar os impactos dessa parte da população cuja vulnerabilidade social persiste ao longo dos anos.

Considerações finais

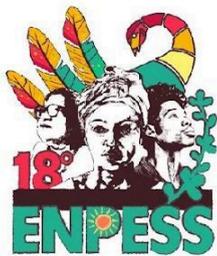
A análise dos indicadores sociais das mulheres no Brasil revela um panorama complexo que reflete a interseção entre família, trabalho e políticas públicas. As mulheres brasileiras enfrentam desafios significativos que variam conforme sua classe social, raça e região, mas algumas tendências gerais são evidentes.

Em relação à família, a sobrecarga de responsabilidades domésticas e de cuidado é um fator preponderante, sobretudo para as mulheres chefes de família e mães solo. Apesar das mudanças nas dinâmicas familiares e a crescente participação feminina no mercado de trabalho, as mulheres ainda assumem a maior parte das tarefas não remuneradas, o que limita suas oportunidades e contribui para a desigualdade de gênero.

No campo do trabalho, a persistente desigualdade salarial, a segregação ocupacional e a falta de representação em cargos de liderança são questões críticas. As mulheres, em média, ganham menos do que os homens e estão sub-representadas em posições de tomada de decisão, o que reforça a necessidade de políticas que promovam a equidade no ambiente profissional e a valorização das competências femininas.

As políticas públicas desempenham um papel crucial em moldar essas dinâmicas. Embora tenha havido avanços importantes em termos de legislação e programas voltados para a igualdade de gênero, como leis contra a violência doméstica e iniciativas de apoio à maternidade e à paternidade, ainda há lacunas significativas na implementação e no alcance dessas políticas. O fortalecimento e a ampliação dessas políticas são essenciais para garantir que todos os indicadores sociais das mulheres melhorem de maneira equitativa.

Portanto, a correlação entre família, trabalho e políticas públicas é um fator determinante na situação das mulheres no Brasil. Para avançar de maneira significativa em direção à igualdade de gênero, é necessário um esforço coordenado que inclua reformas estruturais, o fortalecimento das



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

políticas públicas e uma mudança cultural que valorize igualmente o trabalho remunerado e não remunerado, promovendo assim um ambiente mais justo e igualitário para todas as mulheres.

Referências:

ABDALA, V.; ÍNDIO, C. Seis em 100 mulheres do país enfrentavam extrema pobreza em 2022. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 2024. Acesso em: 15/08/2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/fr/node/1584821>

ALMEIDA, D. Mulheres recebem 19,4% a menos que os homens, diz relatório do MTE. Agência Brasil, Brasília, 2024. Acesso em: 15/08/2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-03/mulheres-recebem-194-menos-que-os-homens-diz-relatorio-do-mte#:~:text=Apesar%20de%20as%20mulheres%20receberem,cheira%20a%2025%2C2%2>

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE*. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil - 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Acesso em: 15/08/2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf

BRASIL.IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Proporção da população abaixo da linha de pobreza por sexo. 2022. Acesso em: 15/08/2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6682>.

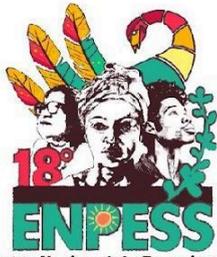
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>. Acesso em: 27/08/2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Análise das Condições de Vida das Mulheres Chefes de Família. 2023. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_alphacontent&ordering=4&limitstart=17500&limit=20. Acesso em: 27/08/2024.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al.(Orgs.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013. Acesso em: 15/08/2025. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3039?locale=pt_BR.

MARY WOLLSTONECRAFT.A Vindication of the Rights of Woman*. Londres: Joseph Johnson, 1792.

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL. Monitoramento e avaliação - nº 2 - Edição Mulheres Negras. Brasília-DF, 2023. Acesso em: 15/08/2025. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/informe-edicao-mulheres-negras.pdf>.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA ANUAL (PNAD). (2022).

Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6978#/n1/all/v/1641/p/last%201/c2/6794/c846/47568/l/v,p+c2,t+c846/resultado>. Acesso em: 27/08/2024.